



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 15 de março de 2017

N.º 06/2017

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins os Srs. Vereadores Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

O Sr. Vereador Gonçalo Domingos Caixinha de Sousa Ventura, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

A Sra. Vereadora Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- b) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de janeiro de 2017, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Paulo Lopes – Sei que na semana passada houve uma conferência de imprensa conjunta com a Sra. Presidente da Câmara de Setúbal e as câmaras do Barreiro e Lisboa

acontecendo que o elenco dos vereadores não tiveram conhecimento do que foi a tomada de posição de Setúbal, só soubemos pela comunicação social. Gostava que nos fizesse chegar o teor da posição, porque por aquilo que li vai um pouco ao encontro daquilo que já discutimos no ano passado e em que defendi que realmente o porto de Setúbal devia estar de alguma forma ligado ao de Lisboa e que podia ter uma gestão estratégica conjunta. Penso que a posição da Sra. Presidente foi nesse sentido, mas não a conheço e era importante sabermos pois parece que vai um pouco ao arrepio da moção que votámos há cerca de um ano e em que a CDU foi muito contra a decisão de haver uma gestão conjunta. Isso quer dizer que houve uma evolução neste último ano, o que para mim é muito positivo porque quer dizer que eventualmente as coisas podem estar a correr bem. Gostava de saber qual a posição a que a Sra. Presidente se vinculou. Em relação à Avenida 22 de Dezembro soubemos também que está encerrada para se fazer asfaltamento. Gostávamos de saber se se vai manter a mesma estrutura, se vão ser mantidas as duas faixas em cada sentido com a placa central ao meio, ou se vai haver uma alteração profunda como houve na Avenida Alexandre Herculano e em que se mudou radicalmente o perfil da via. É só asfaltamento ou vai haver alguma intervenção mais profunda? Em relação às laranjeiras estas vão ser mantidas ou não? Há uns anos atrás isto fez correr “muita tinta”. Percebi que no arranjo paisagístico da rotunda plantaram árvores na Avenida 22 de Dezembro e não são laranjeiras.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Antes de mais gostaria de transmitir saudações democráticas ao primeiro candidato à presidência da Câmara, saindo-se do anonimato das candidaturas para as próximas eleições autárquicas. Saúdo assim o Sr. Vereador Fernando Paulino que foi nomeado pelo seu partido para concorrer à Câmara. Como colegas, e penso que todos os membros da bancada da CDU acompanham, os nossos cumprimentos e os desejos que venha a uma luta saudável e democrática, sendo certo que no próximo mandato teremos a sua companhia, pelo menos como vereador.

Quero aproveitar a oportunidade para deixar uma outra saudação, é verbal mas penso que é merecida. Já que hoje temos uma deliberação importante relativa ao Ambiente e ao Programa Eco-XXI gostaria de deixar uma menção especial ao trabalho que tem sido realizado pela bióloga Raquel Gaspar. Acaba de ganhar o segundo prémio que distingue o trabalho de voluntariado com as mulheres e com a recuperação das condições do Rio Sado na, proteção das pradarias marinhas. Tem a ver com a recuperação dos estragos feitos com o abandono de embalagens de sal, e com os mariscadores e os apanhadores de casulo e ligueirão. Esta bióloga tem feito um trabalho notável, no qual a Câmara tem sempre colaborado. Com o projeto “Guardiães do Mar” acaba de ganhar o prémio “Terres de Femmes”, de 2017 e também já tinha sido distinguida com outro prémio da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do trabalho de recuperação das pradarias marinhas e o comportamento dos apanhadores do casulo e do ligueirão. É uma referência merecida que deixo como saudação a Raquel Gaspar, pelo trabalho bastante profícuo e útil para o Rio Sado e para a nossa qualidade ambiental.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não ia falar sobre este assunto, mas já que foi falado gostaria de agradecer as palavras simpáticas do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, dizendo que é uma grande honra ter merecido a confiança do Partido Socialista para a missão de servir os setubalenses e os azeitonenses. Desde já fica a nota de que estaremos cá para dar continuidade à missão de servir a comunidade.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Só ia mais tarde falar sobre os assuntos colocados pelo Sr. Vereador Paulo Lopes, mas para já queria falar desta questão sobre o Sr. Vereador Fernando Paulino que agora é a escolha do Partido Socialista. Já o tinha dito pessoalmente antes de começarmos a reunião, mas esta é a oportunidade política para lhe desejar as maiores felicidades. Penso que o PS fez uma boa escolha e com certeza os outros partidos também o farão, nomeadamente o meu partido. Com certeza que isto dignifica a candidatura do PS e também todas as candidaturas às eleições autárquicas no concelho. Parabéns também ao

Sr. Vereador Paulo Lopes enquanto presidente da concelhia do PS, porque se calhar é ele o principal responsável pela indicação e escolha.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Agradeço também as palavras do Sr. Vereador Luís Rodrigues e espero bem que os setubalenses e azeitonenses partilhem essa opinião também.

Sra. Presidente – Começo por saudar o candidato Fernando Paulino e desejar as maiores felicidades neste caminho que vamos fazer todos juntos, quanto mais não seja até ao dia das eleições. Os outros partidos ainda não anunciaram os seus candidatos, mas seja contra quem for estaremos todos ao lado dos partidos que representamos, portanto, que esta campanha seja talhada e conhecida pela elevação pois acho que todos nos merecem respeito. Estes últimos quatro anos foram moldados também pela elevação, tirando algumas picardias normais que acontecem em democracia. Não podemos estar todos de acordo, porque senão estaríamos na mesma bancada. São picardias normais tendo em linha de conta outros exemplos que acontecem no País. Estamos de parabéns, todos nós. Acho que fomos um exemplo e espero que estes meses que se avizinham, que são sempre dados a alguns “aquecimentos” e às vezes ao toldar de alguma inteligência ou calma, que sejamos “os faroleiros” dessa calma para que a campanha decorra com elevação. Dou os parabéns ao candidato Fernando Paulino e ao PS, porque foi de facto uma boa escolha. É um setubalense que tem dado provas no terreno, pelas instituições que gere, pela entrega que tem feito e pelas provas que deu já no poder local. Por tudo o que tem representado está também de parabéns o Partido Socialista que fez uma escolha interna inteligente, que saúde.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Agradeço igualmente as palavras da Sra. Presidente, pois sei que são sinceras. Aproveito para dizer que faltam ainda alguns meses para as eleições e que normalmente são os mais difíceis, mas posso garantir que da nossa parte esta não será uma candidatura contra ninguém, mas sim a favor de todos, dos setubalenses e azeitonenses, é esse o compromisso que deixamos aqui.

Sra. Presidente – Em relação à conferência de imprensa foi algo que realmente se justificava e tendo em linha de conta as notícias que vinham a público em relação à tomada de posição de cada município, e da APSS enquanto entidade administradora dos portos de Lisboa e Setúbal, e de ter de se lidar com a pressão que vinha por parte do terminal que o Barreiro pretende. Tentar conjugar todas estas solicitações não estava a ser fácil, quer para a Sra. Ministra do Mar, quer para a administração dos portos e também para os próprios municípios. Havia muita informação contraditória e era necessário que viéssemos os três a público dizer o que nos motivava ou nos fazia juntar, então viemos dizer que podemos ser complementares. Em relação ao Barreiro só há terminal de contentores se houver investimento privado, não há investimento público nem do Estado nem do município pois as verbas são de grande monta. Era do que se falava, mas as informações iam para fora muito distorcidas, portanto havia que se dizer isto de uma vez por todas pelos três municípios em conjunto, na presença da Sra. Dra. Lígia que estava na conferência de imprensa, mas não na mesa. No início tivemos grandes apreensões em relação à administração conjunta de Lisboa e Setúbal, dissemos que podia ser uma melhoria para Lisboa, ainda hoje continuamos com alguma preocupação embora o grosso “da coluna” esteja resolvido. Essas apreensões na prática têm-se vindo a desvanecer tendo em conta a atuação da administração conjunta em que tem havido sempre um grande equilíbrio entre e o porto de Lisboa e o de Setúbal. Entre nós tem havido uma grande proximidade e penso que Lisboa também o dirá, mas só tenho de falar por cá. Deu-se continuidade ao grupo de trabalho que já existia, mas por parte da APSS foram mudados alguns técnicos, da nossa parte continuaram os mesmos. As questões que nos preocupavam estão na ordem do dia, continuam a ser resolvidas e há também uma grande proximidade da administração do porto, da câmara e executivo camarário, o que é excelente, ainda não notámos nenhuma perda em relação ao trabalho anterior, que tem até aumentado. As nossas preocupações não se verificaram até à data e isso é muito bom para o porto, mas essencialmente para o Município de Setúbal. Esta conferência de imprensa era para

h

dizemos os três à mesma voz as preocupações e o que é que se vai fazer em cada um dos portos.

Em relação à Avenida 22 de Dezembro vai haver agora um arranjo, só se está a fazer a fresagem do piso para que o alcatrão não fique muito alto em relação aos passeios, é para baixar um pouco, porque havia muitos remendos e agora é só para arranjar a parte que liga à rotunda uma vez que a Rua Mariano Carvalho foi toda arranjada e nessa já não se vai mais mexer. Vai-se arranjar desde a rotunda do Vitória até à rotunda dos CTT, que vai ser a Rotunda dos Peixinhos e até perto dos Combatentes. De facto, a grande intervenção está numa candidatura que está a correr bem, mas ainda não está aprovada e que vai “rasgar” toda a Avenida 22 de Dezembro arranjando-se o caneiro que tem mais de 60 anos. Há ali problemas graves que estão a ser monitorizados, estamos sempre a ir lá abaixo, também com as pessoas da APSS. Há uma equipa a tratar da candidatura que é de mais de 2 milhões de euros, mas ainda não está aprovada. Para já vai ficar com duas faixas para cada lado e as laranjeiras não vão sair de lá, já estão grandes e cada vez mais bonitas. A ideia final é de que quando for refeito, o piso vai ser subido para que os carros não estacionem ali, mas sim na Rua dos Arcos. O piso central vai subir e vai ter um canteiro de flores entre as laranjeiras. No tempo do Sr. Vereador Lídio Ferreira este pediu que se retirasse os paus dali, não os tirámos porque apesar de serem feios ainda vão protegendo as laranjeiras dos carros senão já estavam todas destruídas. Hoje as laranjeiras estão mais fortes e a ideia é deixarmo-las respirar, tirar os paus e pôr flores em redor. Na Avenida dos Combatentes com a 22 de Dezembro vai aparecer outra rotunda, mas não é para já, é para quando se fizer a obra do caneiro.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Vou praticamente dizer o mesmo que disse antes quanto ao eventual terminal de contentores no Barreiro e só vou falar disso. Isto é uma história que vem desde o anterior governo. Já o anterior Secretário de Estado que tinha esta área também disse o mesmo que a Sra. Presidente, que se viesse a ser feito seria apenas com investimento privado. À pergunta que fiz na altura era, e gostaria que o governo respondesse também, a que é que respeita esse investimento privado, se é apenas no plano de terra ou se é também no plano da água pois esse é o grande problema. Como sabemos, a partir de Cacilhas para montante a cala norte é pouquíssimo profunda. Sabemos isso, sabemos dos catamarãs que vão para o Seixal e para o Barreiro, sabemos do pouco tráfego marítimo para o Barreiro e recentemente houve um pequeno episódio, o da cala para o Montijo e Alcochete. O grande problema do terminal ou do eventual uso portuário daquele espaço, seja terminal de contentores ou seja outro, é de facto o plano da água e este é um dos aspetos. Se esse suposto investimento privado tratar ao longo do período de concessão também do problema da água, menos mal, apesar de sabermos que as concessões normalmente pagam ao Estado. Neste caso se tiver muitos custos têm de pagar menos, portanto há aqui um grande problema. Não tenho nada contra a instalação de contentores naquele espaço, mas há este problema. O outro problema é que quando olhamos para o investimento em Portugal temos de saber o que é que podemos e devemos fazer, e saber qual a capacidade instalada. Como é evidente está bem o que aqui está escrito, é bom que o Tejo e o Sado sejam uma plataforma global pois trabalham muito bem. A Sra. Presidente sabe e todos os presidentes sabem que a capacidade instalada de contentorização em Setúbal está muito longe de estar totalmente aproveitada. Não tenho nada contra um eventual terminal de contentores no Barreiro, mas os problemas são muito grandes, não é de certeza, nem de longe nem de perto, o melhor local em termos de plano de água para se fazer esses investimentos. É um investimento errado para já e nos próximos tempos, o que não quer dizer que não venha a ser necessário, porque desde há alguns anos a esta parte há políticos que dizem que Lisboa está completamente saturada, o que não é verdade e como temos vindo a ver, assim como Setúbal não está saturado em termos de contentores. A não ser que isto seja uma manobra para se aceitar o novo aeroporto na Base Aérea n.º 6 e seja uma moeda de troca política. Não entendo isso de outra maneira neste momento. Pode haver terminal de contentores no Barreiro quando for necessário e possível, e se for possível, porque é um ótimo espaço, é uma área industrial, tem caminho de ferro, via rápida, etc., mas um porto não é terra, o porto é principalmente a parte da água. Portanto, Sra. Presidente, este assunto não é tão claro como está aqui no segundo

4

parágrafo. Uma coisa é promover o estudo de uma eventual necessidade e eventual instalação, não é dizer que é ali, e é já.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Queria apenas reforçar a importância desta nova reorganização do sistema logístico da plataforma da península, de a Câmara de Setúbal estar muito atenta, porque quando se definem estes planos estratégicos condicionam todo o futuro de certas partes da região. Achando nós que o concelho de Setúbal depende de uma forma muito grande, ou está muito ligado à dependência da evolução económica do porto, devemos estar atentos para que não sejamos secundarizados numa possível solução que possa nascer no Barreiro. Inicialmente era um terminal de contentores e neste momento já se fala em terminal multiusos. A minha preocupação é que realmente tem de haver coordenação, faz todo o sentido.

Já há um ano atrás, quando foi da discussão da tal moção que a CDU apresentou defendi que realmente o Porto de Setúbal é o futuro do Porto de Lisboa, isto passa muito por aqui. Aliás, tem sido um slogan que a comunidade portuária tem vindo a aprofundar ao longo dos anos e sem dúvida alguma temos de estar atentos para que o Porto de Setúbal não perca essa capacidade de liderança para não prejudicar do ponto de vista económico o concelho de Setúbal. Esta é a minha preocupação. Daquilo que li e do documento que entretanto a Sra. Presidente nos fez chegar concordo, são termos genéricos. Estamos ao lado desta tomada de posição com esta salvaguarda de estarmos muito atentos às movimentações futuras para que a nossa comunidade portuária não fique relegada por um plano e seja absorvida por um possível terminal multiusos no Barreiro, o que teria efeitos muito negativos na economia da zona de Setúbal e Palmela, pelo menos.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de José Inácio Costa, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

"Natural de Montemor-o-Novo, onde nasceu em 11 de dezembro de 1921, filho de José da Costa Ramalho e de Mariana da Conceição Costa, numa família modesta onde os poucos recursos eram partilhados com mais 10 irmãos, JOSÉ INÁCIO COSTA, completada a instrução primária, deixou a vila natal com destino ao Seminário de Évora cujo curso, depois de 7 anos de frequência, não completou por opção própria.

Seguindo a sua vocação profissional, concluiu em 1948 a Escola do Magistério Primário de Évora, ano em que casou com aquela que viria a ser a companheira de toda a vida, Aurora Jacinta Maria Costa, professora como ele.

Cabrela (onde nasceu o primeiro filho, Luís Armando) e Borba (naturalidade da segunda filha, Maria Manuela) foram as localidades dos primeiros 5 anos de ensino.

Além dos filhos, deixa descendentes sobreviventes 2 netos e uma bisneta.

Os restantes 36 dos seus 41 anos de serviço foram cumpridos em Setúbal, onde se radicou para não mais sair.

Ainda frequentou Filologia Clássica, na faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas ser professor do ensino primário era a sua paixão e como professor se aposentou.

Foi Diretor da Escola Conde de Ferreira de Setúbal, onde viria a ser homenageado, em 22 de fevereiro de 2010, pela Junta de Freguesia de São Julião com a atribuição do nome José Inácio Costa a uma das salas do edifício.

Foi também explicador das disciplinas de Latim e de Grego do ensino liceal.

Militante do Partido Socialista desde o 25 de Abril de 1974, foi Autarca dedicado à freguesia da sua residência.

Foi Secretário e Presidente da Junta de Freguesia de São Julião e membro da Assembleia Municipal de Setúbal.

Foi-lhe atribuída, pelo Município de Setúbal, a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal, em 15 de setembro de 2000.

Faleceu, aos 95 anos, em 11 de março de 2017, no Hospital de São Bernardo, em Setúbal.

À família de José Inácio Costa endereçamos sentidos pêsames.

Propõe-se que seja atribuída a uma artéria da nossa cidade, na área geográfica da extinta Freguesia de S. Julião, o nome de José Inácio Costa, Professor."

Dou ainda como informação que José Inácio Costa é pai de Luís Armando Catarino Costa, que foi vereador desta câmara durante muitos anos, e avô de Marco Costa, membro da Assembleia Municipal eleito pelo PS.

Submetido a votação foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte moção “Dia Nacional do Estudante e Dia Nacional da Juventude – 24 e 28 de março”, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“São várias as gerações de jovens que nasceram em Portugal depois do 25 de Abril. Não viveram os anos de chumbo do fascismo-salazarismo. Cresceram com a liberdade conquistada com a Revolução dos Cravos, com acesso aos direitos sociais, económicos e políticos que nesse tempo sombrio tinham sido negados aos seus pais, apesar das muitas corrosões sofridas durante as últimas dezenas de anos. São gerações que, com a generalização do sistema educativo, tiveram e têm acesso a níveis de preparação técnica e científica como nunca houvera em Portugal.

Paradoxalmente, essa evolução em que o Estado, mesmo com as conhecidas insuficiências, tem investido, não tem tido reflexos tão positivos como seriam os expectáveis, e os jovens são os primeiros a sofrer as consequências das políticas que desaproveitam os conhecimentos, os saberes, as competências que adquiriram.

Estão na primeira linha dos que são atingidos pela precaridade no trabalho que, a todos os níveis e das mais diversas formas; é uma mancha escura que cobre a nossa sociedade provocando uma instabilidade que corrói e apaga esperanças na linha de horizonte.

Os jovens são hoje em Portugal quem vive com mais violência as incertezas do dia de amanhã. Têm mais dificuldades em encontrar emprego. São os que mais veem desaproveitadas as competências que adquiriram. Os que mais são obrigados a emigrar. Os que menos conseguem organizar em tempo útil a sua vida de forma autónoma e independente.

A luta dos jovens para assegurarem estabilidade nas condições de trabalho e nas suas vidas é também a luta de todos nós por serem eles, a médio e longo prazo, os garantes da continuidade de um Portugal mais justo, mais humanista, com mais direitos sociais, económicos e políticos.

A Câmara Municipal de Setúbal que, no quadro das suas possibilidades, tudo tem feito para proporcionar aos jovens setubalenses e azeitonenses melhores condições para desenvolverem as suas aptidões e criatividade, saúda a juventude que vive no seu território, solidária com as suas lutas e com as lutas dos jovens em Portugal e no mundo.”

Submetida a votação foi moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu a seguinte moção “Encerramento da delegação do Faralhão da Caixa Geral de Depósitos”, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta a sua total solidariedade com a posição assumida pela Junta de Freguesia do Sado de contestação do anunciado encerramento da delegação da Caixa Geral de Depósitos do Faralhão, balcão que serve, também, as populações da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Assim, subscrevendo parte de uma moção sobre este assunto aprovada pela população do Faralhão reunida em plenário, no passado dia 11 de março, e considerando que a distância a que as localidades do Faralhão, Santo Ovídio e Praias do Sado se encontram do centro urbano de Setúbal, onde se localiza o maior número de serviços públicos, entre os quais se destacam os serviços bancários, e que a ausência de um serviço de transporte urbano capaz, com horários muito desfasados, foram fatores que serviram de motivação e orientação, para que, em 1999, fosse aberta uma delegação da Caixa Geral de Depósitos no Faralhão; considerando, ainda, as

dificuldades de mobilidade da população mais idosa, agravada pela distancia de 8 Km, que terá de percorrer até à próxima instituição bancária, e a continuidade da escassez de transportes públicos, a Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu apoio às decisões saídas deste plenário, nomeadamente:

- 1- Defender o não encerramento da agência da CGD do Faralhão;*
- 2- Solicitar à Administração da Caixa Geral de Depósitos o abandono do plano de fecho da agência CGD do Faralhão;*
- 3 - Pedir ao Governo da Republica Portuguesa o abandono do plano de redução de balcões da caixa Geral de Depósitos, em particular a agência CGD do Faralhão."*

Sr. Vereador Paulo Lopes – O PS quer associar-se completamente a esta moção, entendemos que um banco público não pode ter só aqueles chavões de ser o banco das pequenas empresas e que vai onde os privados não vão. Depois na prática, quando o próprio mercado não consegue resolver este tipo de compensações, é fundamental que um banco público assuma. Este tipo de proximidade, de uma zona como o Faralhão não ter uma entidade bancária é também uma das funções do banco público, a de poder dar resposta a este tipo de serviço. Estamos de acordo com a moção e com total solidariedade naquilo que o Partido Socialista puder fazer nesta matéria.

Sra. Presidente – Acrescentava aqui ainda que este balcão serve também as populações de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, esta freguesia não tem nenhum balcão. Também há que referir estas localidades.

Submetida a votação, com as alterações introduzidas, foi moção aprovada por unanimidade e em minuta.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 15 de fevereiro de 2017.**
 - 2. Deliberação n.º 99/17 – Proposta n.º 21/2017 – DAFRH/DIGEF – 3.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 3. Deliberação n.º 100/17 – Proposta n.º 22/2017 – DAFRH/DIGEFSECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Praceta Lagar de S. João, União de Freguesias de Setúbal.**
 - 4. Deliberação n.º 101/17 – Proposta n.º 23/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Travessa do Mercado, União de Freguesias de Setúbal.**
 - 5. Deliberação n.º 102/17 – Proposta n.º 24/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Mediação Intercultural em Serviços Públicos – Setúbal”, no âmbito do FEINPT – Desafetação de conta bancária.**
 - 6. Deliberação n.º 103/17 – Proposta n.º 25/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidaturas ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária.**
 - 7. Deliberação n.º 104/17 – Proposta n.º 26/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidaturas ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária.**

9

8. *Deliberação n.º 105/17 – Proposta n.º 01/2017 – GAVAM – Designação de técnico para a determinação de nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano de reabilitação urbana e de conservação do edificado, no âmbito do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.*

9. *Deliberação n.º 106/17 – Proposta n.º 06/2017 – DURB/DIGU – Minuta de Contrato de Urbanização a celebrar com o Modelo Continente, Hipermarcados, S.A. – Quinta das Rãs e Quinta das Rosas – União das Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça).*

10. *Deliberação n.º 107/17 – Proposta n.º 07/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 15/89, alterado pelo alvará de loteamento n.º 10/95, sito na Estrada do Alentejo, em Setúbal – Silvino Arcanjo Rodrigues Corvo – Quatro Caminhos – Freguesia São Sebastião.*

11. *Deliberação n.º 108/17 – Proposta n.º 09/2017 – DAAE/SAEN – Candidatura do Município de Setúbal ao Programa ECO XXI 2017.*

12. *Deliberação n.º 109/17 – Proposta n.º 46/2017 – DCED – Regulamento de utilização da embarcação “Maravilha do Sado”.*

13. *Deliberação n.º 110/17 – Proposta n.º 47/2017 – DCED/DICUL – Redução de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*

14. *Deliberação n.º 111/17 – Proposta n.º 48/2017 – DCED/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2017 – Preço e local de venda de bilhetes.*

15. *Deliberação n.º 112/17 – Proposta n.º 49/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – APPACDM – pela participação nas Marchas Populares de 2017.*

16. *Deliberação n.º 113/17 – Proposta n.º 50/2017 – DCED/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2017 – Apoio financeiro.*

17. *Deliberação n.º 114/17 – Proposta n.º 51/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras.*

18. *Deliberação n.º 115/17 – Proposta n.º 52/2017 – DCED/DICUL – Apoio ao 31.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão.*

19. *Deliberação n.º 116/17 – Proposta n.º 53/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Teatro do Elefante – Ação Cultural, C.R.L., no âmbito da Conferência Internacional “Riscos, Segurança e Cidadania”.*

C) *Período Destinado à Intervenção do Público.*

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 15 de fevereiro de 2017

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sr. Vereador Gonçalo Ventura, por não ter estado presente nesta reunião.

2. Deliberação n.º 99/17 – Proposta n.º 21/2017 – DAFRH/DIGEF – 3.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 a 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

4

3. Deliberação n.º 100/17 – Proposta n.º 22/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Praceta Lagar de S. João, União de Freguesias de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 22.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Há uma coisa muito básica que com certeza está no processo, mas deveria estar aqui na proposta, a planta. Não é por causa disso que vou votar contra ou me abster, isto é uma coisa muito pequenina, mas está nos considerandos a ocupação indevida dos espaços. Não diz desde quando, não diz porquê, não diz nada e deveria estar aqui mais informação, parece que passou por aqui alguém que “vindimou a coisa, e pronto”. Isto é um alerta para quem faz a instrução e faz este tipo de processos para aprovação em reunião de câmara, não está correto.

Sra. Presidente – Os processos normalmente estão para consulta antes da reunião, mas se isso fizer mudar o seu sentido de voto tiramos fotocópia da planta.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não é por isso, mas principalmente porque quem fez isto percebeu que está ocupado indevidamente, não diz desde quando nem porquê e nem nada. Isso é o básico e não está aqui. Não vou votar contra porque evidentemente é este processo, mas não está certo o que aqui está. É um alerta, devia estar aqui e devia ir à Assembleia Municipal com o documento.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

4. Deliberação n.º 101/17 – Proposta n.º 23/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, sita na Travessa do Mercado, União de Freguesias de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 25, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 102/17 – Proposta n.º 24/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidatura “Mediação Intercultural em Serviços Públicos – Setúbal”, no âmbito do FEINPT – Desafetação de conta bancária

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 103/17 – Proposta n.º 25/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidaturas ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9

7. Deliberação n.º 104/17 – Proposta n.º 26/2017 – DAFRH/DIGEF – Candidaturas ao abrigo do Portugal 2020 – Associação de conta bancária

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 105/17 – Proposta n.º 01/2017 – GAVAM – Designação de técnico para a determinação de nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano de reabilitação urbana e de conservação do edificado, no âmbito do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não vou falar em concreto sobre esta proposta, mas sim sobre uma preocupação sobre as cidades atualmente, nomeadamente na de Setúbal e nos problemas da manutenção e conservação não só do património edificado, não-público e privado, em que as câmaras municipais têm intervenção no sentido do que diz a legislação. Alguém pode solicitar, até por iniciativa própria, que se verifique as condições de salubridade, conservação, etc.. Trago esta questão, porque muitas vezes a Câmara é solicitada a responder sobre quem é que tem de pagar o quê, nomeadamente pelos condomínios e nas divergências entre quem habita e quem é o proprietário. Temos de tentar ter uma atitude pedagógica e dizer que isso à partida não é um problema da Câmara Municipal. Os munícipes muitas vezes querem que a Câmara diga quem é que paga o quê e na maior parte dos casos não temos nada a ver com isso. Não podemos deixar que aquilo que não é da nossa competência seja trazido para cá. Mesmo sendo vereador da oposição muitas vezes sou contactado por pessoas e também tenho a responsabilidade, pelo menos naquilo que conheço, de encaminhar as pessoas para os sítios certos. Muitas vezes querem trazer problemas que não são da nossa responsabilidade, podemos colaborar e ajudar, mas são casos em que as pessoas têm de levar isso de outra maneira para resolver os seus problemas, e em último caso ir a Tribunal se for caso disso. Os serviços devem ter essa atitude pedagógica e dizer às pessoas que há assuntos que não são responsabilidade da Câmara. Desejo a este engenheiro um bom trabalho, porque isto não é fácil de fazer.

Sr. Vice-Presidente – As questões são assim e até um pouco mais complexas, mas no fundo, com a nomeação deste técnico, estamos a cumprir a lei. Temos as comissões de vistoria constituídas por técnicos com formações diversas e que são um suporte de apoio à decisão em casos mais complicados. Também, e como o Sr. Vereador sabe, muitos dos problemas que surgem são exatamente nos centros históricos, são os problemas mais antigos e os que passam de geração em geração surgindo assim conflitos. Também aí estamos a trabalhar num processo de reabilitação urbana e brevemente traremos aqui uma proposta e um regulamento próprio de intervenção para a requalificação. Tudo isto se articula já hoje dentro dos nossos serviços, mas de facto essa chamada de atenção é muito importante porque às vezes depende também dos interlocutores e das dificuldades que eles próprios têm, etc.. Outros recorrem diretamente ao direito privado e resolvem os problemas sem vir à Câmara. Há situações em que não é essa a via mas as pessoas, até por dificuldades várias, insistem na Câmara e esta às vezes serve de mediadora nesses processos para se resolver os problemas. Quando é possível são ultrapassados os problemas, quando não é possível a lei estabelece como é que é feito. Esta é uma situação com que os serviços se confrontam quase diariamente, designadamente do Urbanismo e da Fiscalização.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 106/17 – Proposta n.º 06/2017 – DURB/DIGU – Minuta de Contrato de Urbanização a celebrar com o Modelo Continente, Hipermercados, S.A. – Quinta das Rãs e Quinta das Rosas – União das Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 a 33.

Sr. Vice-Presidente – Esta é uma proposta para aprovação de uma minuta de contrato de urbanização a celebrar com o Modelo/Continente para a construção de um edifício comercial constituído por três pisos na União das Freguesias de Setúbal, a implantar perto do McDonald's, na chamada Estrada da Baixa de Palmela. Vai servir toda uma concentração populacional ali existente e também contribuirá de forma significativa para a requalificação daquelas áreas degradadas, desde logo na bem conhecida Rádio Azul. Todo aquele edificado ali degradou-se de forma acentuada e é muito importante que com esta intervenção se faça a requalificação de toda aquela área urbana. Esta implantação e instalação tem influência nas infraestruturas pois o promotor compromete-se a realizar um conjunto delas, designadamente na acessibilidade que se faz através da Estrada da Baixa de Palmela, mas também através da Avenida da Europa com a entrada e saída em mão, com uma ligação direta ao Bairro da Urbisado. Desta forma consideramos que também se resolve um problema muito importante da população que vive neste bairro. As únicas saídas que tinham era através da Rodrigues Manito ou da Baixa de Palmela e sabemos o que isso significa em termos de congestionamento de tráfego, designadamente nas horas de ponta. Pensamos que com esta intervenção a população da Urbisado fica “mais dentro” da cidade, do centro histórico e da zona ribeirinha. Também por outro lado com esta intervenção os promotores e proprietários destes terrenos cedem ao município, em espaços verdes e equipamentos cerca de 18 mil m², o que é uma área bastante importante para a construção de uma baía de retenção do Rio da Figueira e para a prevenção de cheias na cidade de Setúbal. Isto é também um contributo muito importante para a cidade e em benefício da população.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Digo o mesmo que disse em relação ao outro processo, que não está aqui uma coisa muito básica. Sei que poderá estar tudo no processo que estará nalgum sítio, mas a planta do que estamos a falar não está aqui. Pode estar tudo muito certo, mas não vejo nada aqui. Nem sequer se diz qual é a propriedade e quais os acessos a ser construídos com 67 mil euros. Os acessos tanto podem ser esta mancha cinzenta, mas não é com certeza incluindo a ligação à Avenida Europa. Não estou a pedir o loteamento todo, não quero nada disso mas uma coisa normal, uma planta com isto. A área de cedência também não está aqui e volto a alertar para a mesma coisa e que parece que não está aqui: as vias de aceleração e desaceleração. Não são vias para andar a 100 km/h, elas apenas se chamam assim. É um problema que a Câmara vai ter de resolver e ainda por cima tem espaço, mas isto não está aqui outra vez, pelo que vejo. Não vou votar contra, vou-me abster, mas gostaria de ter e quanto mais depressa melhor uma planta do que estamos a aprovar.

Sr. Vice-Presidente – O que estamos a aprovar é a minuta de um contrato de urbanização e que se refere àquilo que é o pagamento da TRIU, as obras a que o promotor se compromete e às quais serão deduzidas à TRIU. O que me parece normal é o que expliquei que ia acontecer. Não estamos a aprovar outra coisa senão o que está na proposta e a planta até tem o pormenor da área que vai ser construída e que fica no compromisso do contrato de urbanização, está até em pormenor na planta que aqui está. Outra coisa é a aprovação da intervenção e que não é necessário vir a reunião de câmara, porque há competências delegadas para esse fim. Tive o cuidado de explicar de uma forma compreensível para todos o que está em causa e a importância que isto tem para a cidade.



Sr. Vereador Luís Rodrigues – Pergunto a todos os presentes se perceberam o que o Sr. Vice-Presidente disse e o que está no processo quanto ao que vai acontecer às construções onde estava a Rádio Azul, e por onde passa o caminho. Pergunto se com o que se passou aqui hoje alguém percebe concretamente o que aqui está. Não está aqui nada! O Sr. Vice-Presidente falou das construções antigas, mas aquilo vai ser demolido? Vai ficar ali um jardim? Não sei, nem sei qual é a área de intervenção de que estamos a falar! Uma planta é uma coisa básica e deve traduzir o contrato que aqui está, é importante saber o que é que eles vão fazer, e eu não sei. O Sr. Vice-Presidente diz que é um acesso e uma rua, mas é onde? O que estou a dizer estará no processo, mas é normal virem as coisas básicas e simples, se não quiser não ponha, mas ninguém ficou a saber senão o Sr. Vice-Presidente, quem propôs isto.

Sr. Vice-Presidente – Só quero que fique bem claro que o que estamos a aprovar e aquilo que está na proposta é a minuta do contrato de urbanização e sobre este assunto os documentos que estão aqui estão devidamente explicitados. O que o Sr. Vereador quer saber, e com toda a legitimidade como é óbvio, tem a ver com aquilo que eu disse. O que veio é o que tem de vir e sobre a minuta o Sr. Vereador pode colocar as questões que entender, sobre o resto já expliquei. Pode consultar o processo, que não tem de vir aqui, e ver tudo o que lá está, inclusivamente as aprovações das informações técnicas e os despachos já feitos sobre esta matéria. Dei-lhe explicação suficiente para se perceber o que está em causa e a importância que esta intervenção tem para a cidade e para os setubalenses.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não estou em condições de aprovar este processo, vou votar contra.

Sra. Presidente – Faço aqui um parêntesis, o PSD já nos habituou ao voto contra alegando fundamentações em relação a este tipo de processos importantes e fundamentais para a cidade. Podemos dizer um rol deles, mas lembro apenas o Monte Belo Norte, onde está o Aldi, o Continente e o Alegro, etc.. É o “não porque não”, ou o “porque não está na proposta”. Desde o início da CDU estar aqui, em janeiro de 2002, foi sempre referido que os processos estão todos à disposição dos Srs. Vereadores para os consultarem, tirarem as anotações e fazerem as perguntas que entenderem, etc.. Se vamos reproduzir o processo todo para dentro da proposta então não vale a pena haver o processo. A proposta traz aquilo que de acordo com a lei está bem. Como a planta está aí portanto o problema é político. É o mesmo como quando votaram o Monte Belo Norte, etc., é igual, mas isto é importante para a cidade, para o crescimento na nossa terra, para a criação de emprego e riqueza. Quanto mais emprego houver mais rico está o Município. Isso incomoda, mas é assim, “é da vida”. Aqui já se aprovaram coisas importantíssimas e esta é mais uma que se vai aprovar. Está referido no 4.º parágrafo que: *“Ficou ainda esta operação urbanística condicionada à realização de obras no espaço público, nomeadamente a construção de um arruamento nas traseiras da Rua Maria Adelaide Pinto. Esta obra de urbanização garante um recorte de estacionamento para moradores de modo a que o mesmo se faça de forma ordenada, bem como, a execução de pavimentações, drenagem pluvial, colocação de sinalização rodoviária e infraestruturas elétricas. O valor total da execução destas obras é de 67.843,01€”*. O Sr. Vereador só não sabe a que se refere os 67 mil euros, porque não quer ler isto. Para ver a obra e as plantas só tem de pedir e ver o processo. Vote contra todas as coisas nos meses que antecedem, Sr. Vereador, porque isso é excelente para nós.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Sra. Presidente, não estou a votar contra o investimento! No início da minha intervenção disse que me ia abster, porque entendia que era normal num processo destes haver uma peça muito básica, não é o processo todo, é uma folha. E isto até na sequência da primeira intervenção do Sr. Vice-Presidente a explicar a proposta. Desta folha que aqui está não se depreendia nada do que ele disse e que tem uma tradução gráfica, uma planta em A4 ou A3, não é mais do que isso, mas insistem que é uma coisa que não é básica. Foi pela atitude, tentei pedagogicamente dizer que era importante e não preciso do processo, mas só da planta. Disse que num processo destes era importante ter a planta, tal como no processo a



seguir. Os 67 mil euros não são para aquele arruamentozinho, então e o resto que o Sr. Vice-Presidente disse: o acesso para a Avenida da Europa e o da Estrada da Baixa de Palmela? Não me interessa os 67 mil euros, mas sim o que o promotor vai fazer. A planta gráfica devia estar aqui, não é mais nada. No outro processo devia estar uma de um terreno com 6 m2. Absteve-me nisso, mas era importante para qualquer um ter uma planta, qual é o problema? É uma coisa assim tão grave? O meu voto contra não é por estar contra este processo e não aceito que digam isso! Disse que me ia abster, porque isto não estava bem, não estava da melhor maneira que podia estar, e depois da intervenção do Sr. Vice-Presidente e da atitude então “não vale a pena” e voto contra.

Sra. Presidente – O Sr. Vereador que tivesse visto o processo pois está lá tudo, mas é importante que isto fique para a História.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Então para os processos que vierem aqui futuramente é só a folha da proposta e não é preciso mais nada.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

10. Deliberação n.º 107/17 – Proposta n.º 07/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 15/89, alterado pelo alvará de loteamento n.º 10/95, sito na Estrada do Alentejo, em Setúbal – Silvino Arcanjo Rodrigues Corvo – Quatro Caminhos – Freguesia São Sebastião

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 a 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 108/17 - Proposta n.º 09/2017 – DAAE/SAEN – Candidatura do Município de Setúbal ao Programa ECO XXI 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 109/17 – Proposta n.º 46/2017 – DCED – Regulamento de utilização da embarcação “Maravilha do Sado”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 110/17 – Proposta n.º 47/2017 – DCED/DICUL – Redução de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



14. Deliberação n.º 111/17 – Proposta n.º 48/2017 – DCED/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2017 – Preço e local de venda de bilhetes

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 112/17 – Proposta n.º 49/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – APPACDM – pela participação nas Marchas Populares de 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 113/17 – Proposta n.º 50/2017 – DCED/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2017 – Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 114/17 – Proposta n.º 51/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 115/17 – Proposta n.º 52/2017 – DCED/DICUL – Apoio ao 31.º Festival Nacional de Folclore do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 116/17 – Proposta n.º 53/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Teatro do Elefante - Ação Cultural, C.R.L., no âmbito da Conferência Internacional “Riscos, Segurança e Cidadania”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e doze minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 05 de abril de 2017, por unanimidade, contém 15 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Monteiro Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro